

FAZENDAS DE CAFÉ DA ZONA DA MATA MINEIRA: AS DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS DA CONSERVAÇÃO DA FAZENDA BOA ESPERANÇA

FINCAS DE CAFÉ EN LA ZONA DA MATA MINEIRA: LAS DIMENSIONES MATERIALES E INMATERIALES DE LA CONSERVACIÓN DE LA FINCA BOA ESPERANÇA

COFFEE FARMS IN ZONA DA MATA MINEIRA REGION: THE MATERIAL AND IMMATERIAL DIMENSIONS OF THE CONSERVATION OF BOA ESPERANÇA FARM

PEREIRA, TAMARA NUNES

Arquiteta e Urbanista, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais; Email: tamara.nunes@arquitetura.ufjf.br

LUIZ, AUGUSTO MONTOR DE FREITAS

Engenheiro Civil, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Email: augustom@utfpr.edu.br

REZENDE, MARCO ANTÔNIO PENIDO DE

Arquiteto e Urbanista, Doutor em Engenharia de Construção Civil e Urbana pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais; Email: marco.penido.rezende@hotmail.com

RESUMO

Nas fazendas de café da Zona da Mata Mineira, que sustentavam o setor produtivo brasileiro do século XIX, os sinais de tecnologia tradicional estavam presentes em diversos edifícios, dentre eles nas casas sede, importantes prédios dos conjuntos rurais cafeeiros, que demarcavam fortemente a paisagem. Neste artigo demonstra-se a importância da análise das dimensões materiais e imateriais na conservação do patrimônio cultural edificado a partir do estudo de caso de uma fazenda cafeeira na Zona da Mata Mineira, região onde se faz necessário registro de importantes patrimônios em risco. Desta forma, analisa-se o emprego das tecnologias tradicionais nestes complexos, a partir do estudo de caso da Fazenda Boa Esperança, propriedade situada em Belmiro Braga, Minas Gerais. Para tanto, buscou-se debater as motivações da conservação dos testemunhos de saberes e fazeres, entendendo como, porque e para quem a preservação deve (e se deve) existir. A partir das análises técnicas realizadas, verifica-se que alguns elementos do sistema construtivo se encontram em estado avançado de degradação, em especial aqueles em terra crua, alertando sobre a permanência desses testemunhos para a posteridade. Tal perpetuação, para além de questões técnicas, passa necessariamente por dimensões imateriais, de valores e identidades, atribuídos principalmente pelos usufruidores que, diretamente, se reconhecem nesses patrimônios. PALAVRAS-CHAVE: arquitetura do café; tecnologia vernácula; patrimônio imaterial; conservação de saberes tradicionais; fazenda Boa Esperança.

RESUMEN

En las fincas cafetaleras de la Zona da Mata Mineira, que sostuvieron el sector productivo brasileño en el siglo XIX, signos de tecnología tradicional estaban presentes en varios edificios, incluidas las casas principales, edificios importantes en los complejos rurales cafetaleros, que demarcaban fuertemente el paisaje. Este artículo demuestra la importancia de analizar las dimensiones materiales e inmateriales en la conservación del patrimonio cultural construido a partir del estudio de caso de una finca cafetalera en la Zona da Mata Mineira, región donde es necesario registrar importantes patrimonios en riesgo. De esta manera, se analiza el uso de tecnologías tradicionales en estos complejos, a partir del estudio de caso de la finca Boa Esperança, una propiedad ubicada en Belmiro Braga, Minas Gerais. Para ello, buscamos discutir las motivaciones para la preservación de testimonios de saberes y prácticas, comprendiendo cómo, por qué y para quién debe (y debe) existir la preservación. De los análisis se desprende que algunos elementos del sistema constructivo se encuentran en un avanzado estado de degradación, especialmente los de tierra cruda, alertando sobre la permanencia de estos testimonios para la posteridad. Tal perpetuación, además de cuestiones técnicas, involucra necesariamente dimensiones, valores e identidades inmateriales, atribuidas principalmente por los usufructos que se reconocen directamente como estos bienes. PALABRAS CLAVES: arquitectura de café; tecnología vernácula; patrimonio inmaterial; conservación de los conocimientos tradicionales; finca Boa Esperança

ABSTRACT

On the coffee farms in the Zona da Mata Mineira, which supported the Brazilian productive sector in the 19th century, signs of traditional technology were present in several buildings, including the main houses, important buildings in the coffee rural complexes, which strongly demarcated the landscape. This article demonstrates the importance of analyzing material and intangible dimensions in the conservation of cultural heritage built from the case study of a coffee farm in the Zona da Mata Mineira, a region where it is necessary to record important heritage at risk. In this way, the use of traditional technologies in these complexes is analyzed, based on the case study of Boa Esperança farm, a property located in Belmiro Braga, Minas Gerais. Therefore, we sought to discuss the motivations for the conservation of testimonials of knowledge and practices, understanding how, why and for whom preservation may (or not) exist. Based on the analyses, it appears that some elements of the construction system are in an advanced state of degradation, especially those in raw earth, warning about the permanence of this testimonials of knowledge for posterity. Such perpetuation, in addition to technical issues, necessarily involves immaterial dimensions, values and identities, attributed mainly by the usufructs that are directly recognized as these assets.

1 INTRODUÇÃO

O café, bebida largamente consumida no Brasil, tem seus primeiros registros no país ainda no século XVIII e, em especial, no Sudeste, na segunda metade do século (Telles, 2006). Sua disseminação foi facilitada pelo contexto social e econômico, aliado aos subsídios do governo, declínio do ouro e consumo mundial crescente (Martins, 2009). Conforme Benincasa (2014), no Vale do Paraíba cafeeiro as lavouras encontraram solo fértil e clima favorável, utilizando as margens do rio Paraíba do Sul e atingindo, dentre outros estados, Minas Gerais (Lemos, 2015). Naturalmente, como resultado deste processo, o café atingiu a porção da Zona da Mata Mineira, território que conta, ainda hoje, com remanescentes relevantes deste período, documentando ainda seus diversos setores e seus importantes edifícios (Pereira, 2019). Sendo a casa-sede o prédio de maior representatividade arquitetônica da porção de moradia das fazendas, ela internamente abrigava ornamentações rebuscadas, em contraponto aos materiais tradicionais empregados em sua construção.

Diante do cenário de transformação deste sertão em um território ocupado por complexos rurais cafeeiros, os sistemas construtivos correntes utilizavam amplamente a madeira, a pedra e a terra crua (Oliver, 1997), materiais associados às formas tradicionais de construção e a saberes igualmente tradicionais. Figurando como um exemplo que ainda resiste à ação do tempo e documenta a importância da economia cafeeira na Zona da Mata Mineira, o presente artigo recorre ao conjunto da Fazenda Boa Esperança, em especial de sua casa-sede, para discutir a sua preservação tanto do ponto de vista de sua materialidade como da importância da relação imaterial que os atuais proprietários mantêm com a fazenda. Para esta discussão, a perspectiva se concentra na conservação material destes testemunhos de saberes e fazeres, aliada à perpetuação imaterial da memória e da alma deste local que, antes de qualquer outro uso, é morada para as lembranças da família Monteiro de Barros Pinto e representação material da força de trabalho da mão de obra escravizada.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar o emprego das tecnologias tradicionais em fazendas de café do século XIX, exemplificadas pela Fazenda Boa Esperança, abrangendo seus materiais, técnicas e, principalmente, as ações de conservação conduzidas esporadicamente pela própria família. Para tanto, concentra-se na discussão das motivações da conservação e na dimensão social que permeia a casa, explorando o como, o porquê e para quem a preservação deve (ou não deve) existir.

Para tal, este estudo realiza uma pesquisa bibliográfica embasada em dois eixos principais: inicialmente, oferece um breve panorama acerca da história do café no Brasil, com ênfase no Vale do Paraíba, compreendendo sua notoriedade econômica e arquitetônica, que se destaca nos complexos rurais cafeeiros. Ademais, no núcleo central do artigo, a Fazenda Boa Esperança, localizada em Belmiro Braga, Zona da Mata Mineira, é utilizada como estudo de caso, explorando sua trajetória histórica, mão de obra empregada, descrição arquitetônica e de materiais, bem como questões relacionadas à conservação do patrimônio. Por fim, o artigo aborda a memória e perpetuação, recorrendo à técnica de entrevista semiestruturada que envolve a família e sua percepção diante do bem, em especial da casa-sede.

2 A HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL E O COMPLEXO DA FAZENDA BOA ESPERANÇA

A formação do que hoje conhecemos como Fazenda Boa Esperança tem seus primórdios diretamente ligados à ascensão cafeeira. No entanto, antes de atingir terras brasileiras, o café já era consumido pelos árabes, sendo a Etiópia (antiga Abissínia) o país de origem do grão, mais precisamente a região de Kaffa, de onde provavelmente derivou seu próprio nome (Ferrão, 2015). No Brasil, essa história começa a ser contada ainda no começo do século XVIII, em terras paraenses, por intermédio de Francisco de Melo Palheta, então sargento-mor, que viaja à Guiana Francesa e consegue, em Caiena (então capital), algumas sementes de café (Telles, 2006). Entretanto, apenas em 1760, as primeiras mudas foram plantadas no Rio de Janeiro, trazidas do Maranhão por intermédio do desembargador João Alberto de Castelo Branco (Ferrão, 2015). Em terras brasileiras, o café encontra clima e solo favoráveis, mão de obra barata e abundante, antigas instalações de engenhos que podiam ser adaptadas e capital para investimento, especialmente proveniente dos antigos mineradores (Benincasa, 2014). Os registros de plantações eram crescentes, atingindo, logo após o Rio de Janeiro (Pires *et al.*, 1986), o território de São Paulo, no começo do século XIX (Lemos, 2015) e Minas Gerais, expandindo-se pelo solo brasileiro e configurando o que, hoje, chamamos de Vale do Paraíba cafeeiro, situado às margens do Rio Paraíba do Sul.

Na Zona da Mata Mineira, ainda hoje é possível encontrar remanescentes significativos do período cafeeiro, alguns deles ainda em operação, enquanto outros estão constantemente em processo de decadência e

arruinamento. Embora essas fazendas compartilhem um partido arquitetônico bastante semelhante ao adotado pela maioria dos complexos cafeeiros, não só mineiros como também fluminenses e paulistas, há uma lacuna na literatura dedicada a compreender e catalogar o legado rural advindo do café na Mata de Minas Gerais, contrastando com a quantidade de estudos conduzidos nas porções cafeiras do Rio de Janeiro e São Paulo. Em suma, essas fazendas se caracterizavam por suas edificações dispostas em torno de um ou mais terreiros de secagem de café e, basicamente, seus prédios eram a casa-sede, construções de beneficiamento do café, tulhas para armazenagem dos grãos, tanques para lavagem, depósitos, senzalas e edificações complementares, como moinhos. Algumas fazendas também podiam contar com instalações adicionais, como casa do feitor, enfermarias e oficinas, cuja existência dependia da região e do poderio econômico da fazenda (Pereira, 2019).

A história de formação da Fazenda Boa Esperança, como a conhecemos hoje, remonta ao início do século XIX, com o sistema de concessão de sesmarias. Segundo Vilela (2013), uma sesmaria foi concedida ao guarda-mor João Francisco de Souza. Por volta de 1820 (Novaes, no prelo)¹, por intermédio do Coronel Manoel do Vale Amado, esta porção de terras passa a pertencer a Antônio Bernardino de Barros, que se fixa em parte da área, às margens do Rio Preto, implantando a Fazenda Três Ilhas, enquanto a outra parte da propriedade ficou sob a administração de seu irmão, Gabriel Bernardino de Barros. Antônio Bernardino faleceu em 1842 (Novaes, no prelo) e, em 1850, quando da abertura de seu inventário *post-mortem*, suas terras foram divididas entre os filhos. Quatro deles se estabelecem na parte da sesmaria situada no noroeste fluminense, e dois deles na porção situada em terras mineiras: José Bernardino de Barros (futuro Barão das Três Ilhas) e Gabriel Antônio de Barros (futuro Barão de São José del Rei). Gabriel construiu a Fazenda São Gabriel, enquanto seu irmão, José Bernardino, fundou a fazenda denominada Boa Esperança, objeto deste artigo. A fazenda Boa Esperança está localizada na zona rural do município de Belmiro Braga, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Segundo o relato do atual proprietário da Fazenda Boa Esperança², uma das primeiras edificações erguidas no complexo foi a tulha, um edifício destinado ao armazenamento dos grãos de café. Simultaneamente, a moradia provisória do Barão e de sua família também foi construída. Desta forma, deu-se início ao desenvolvimento do complexo sob análise, iniciando com a construção do espaço de produção para acumular capital. Posteriormente, a construção das demais edificações foi levada adiante (Figura 1).

Figura 1: Vista aérea do conjunto em 2018.



Fonte: Adaptado de Viação Cipó³

Figurando como uma personalidade de destaque e hábitos refinados, o Barão dá início, por volta de 1874, período áureo da produção e comercialização do café, à construção da nova casa-sede para sua fazenda. Nessa nova casa, passou a viver com sua esposa, dona Maria da Conceição Monteiro da Silva, tendo utilizado os materiais mais luxuosos disponíveis na época para erguer o edifício. Após o falecimento do casal, a propriedade foi herdada pelo filho, Antônio Bernardino Monteiro de Barros, também conhecido como

“Baronete”, que faleceu em 1931. A fazenda foi então sorteada entre seus herdeiros, sendo a filha mais nova, Ana Helena Monteiro de Barros, a beneficiária.

A partir de meados dos anos 1940, com o declínio do café, a monocultura deu lugar à pecuária leiteira e, nas últimas décadas do século XX, a fazenda enfrentou desafios relacionados à decadência da pecuária. O casal Sebastião e Ana Helena decidiu, portanto, dividir a propriedade entre os quatro filhos. Maurício Antônio Monteiro de Barros Pinto adquiriu as partes dos irmãos e se tornou o único proprietário da fazenda, continuando a desempenhar este papel até os dias atuais (Novaes, no prelo). Conforme o relato de Ana Cristina, filha do atual proprietário, a casa-sede manteve-se ocupada até meados da década de 1990⁴.

Descrição arquitetônica e tecnologia tradicional da Fazenda Boa Esperança

Via como um encanto uma casa nascer da própria terra, do mesmo barro em que, se lançássemos sementes, veríamos brotar o alimento. Quantas vezes havia visto aquele ritual de construir e desmanchar casas, e ainda me maravilhava ao ver se levantar as paredes que seriam nosso abrigo (Vieira Junior, 2019, p. 142/143).

Até o século XIX, as técnicas construtivas que se desenvolveram no Brasil faziam uso de madeira, pedra e terra como materiais, constituindo o sistema construtivo predominante na época. Em determinadas regiões, algumas técnicas ganharam maior aceitação devido à fatores culturais, ambientais e à disponibilidade de recursos. Um exemplo disso é o uso de pedras em construções costeiras e a disseminação da técnica de taipa de pilão pelos bandeirantes portugueses no interior do país (Lemos, 1979).

Em um período caracterizado pela limitação no transporte de materiais, os construtores dependiam grandemente das características do terreno e dos recursos disponíveis nas proximidades. Mesmo ao seguir o sistema construtivo predominante, era crucial levar em consideração as particularidades locais para adaptar a técnica de construção. Nas fazendas cafeeiras mineiras, a técnica de vedação conhecida como taipa de mão, também chamada de pau a pique, era amplamente empregada. Assim como outras técnicas construtivas praticadas no Brasil durante este período, a taipa de mão é o resultado da interação entre culturas construtivas de diferentes povos que aplicavam o conhecimento da técnica, entretanto os saberes e fazeres eram distintos. Essa interação, motivada por diversas razões, principalmente entre portugueses e africanos, deu origem a uma expressão arquitetônica que diferia daquelas praticadas nos países de origem dos construtores no contexto da arquitetura de terra e das técnicas construtivas (Faria, 2011).

De fato, a arquitetura rural mineira que floresceu após a segunda metade do século XIX, apresenta influências das tradições herdadas das culturas portuguesa, africana e indígena, seja nos formatos das plantas, na disposição e no uso de ambientes (Oliver, 1997), e, muito provavelmente, no uso dos materiais e técnicas de construção disponíveis, incluindo a taipa de mão. A casa sede da Fazenda Boa Esperança serve como exemplo, sendo um casarão de dois pavimentos com uma volumetria em formato de “L” e cobertura em telhas cerâmicas francesas, cercada por jardins e pomares (Figura 2). No pavimento térreo, encontram-se áreas de uso comum e de lazer masculino, enquanto a porção de serviços está situada mais ao fundo (Figura 3). No pavimento superior, o retângulo maior abriga os ambientes de uso social e íntimo, com os serviços localizados na porção retangular menor (Figura 4).

Figura 2: Fachada principal da Fazenda Boa Esperança.



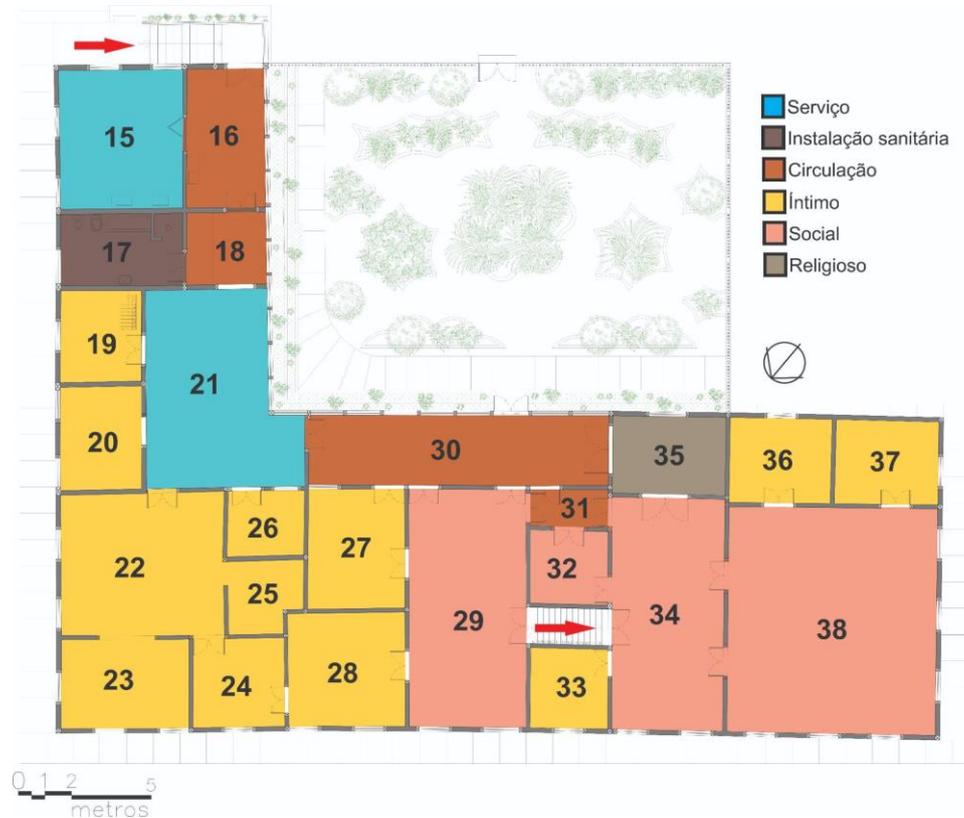
Fonte: Pereira (2019).

Figura 3: Setorização do pavimento térreo da casa-sede da Fazenda Boa Esperança.



Fonte: Pereira (2019).

Figura 4: Setorização do pavimento térreo da casa-sede da Fazenda Boa Esperança.



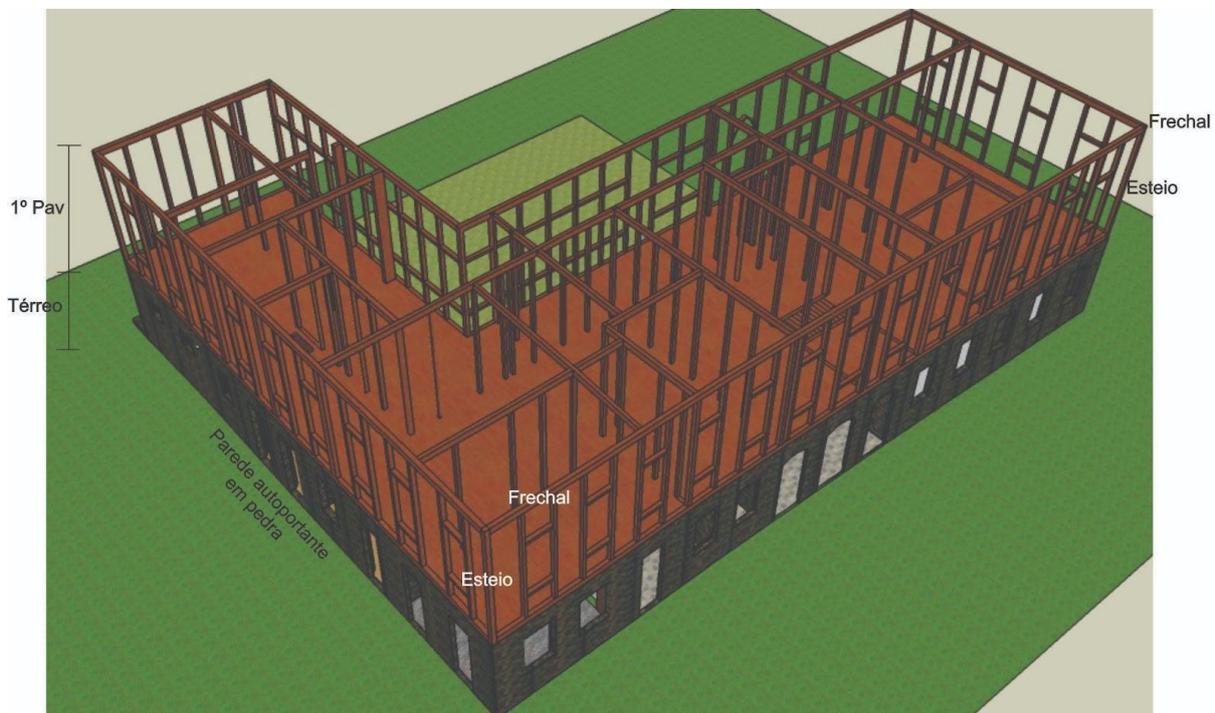
Fonte: Pereira (2019).

No que se refere à sua materialidade, conforme descrito por Oliver (1997), as casas-sede das fazendas mineiras compartilhavam algumas características comuns a exemplo da estrutura autônoma de madeira, com esteios fixados no chão ou sobre paredes de pedra, e vedações externas de adobe, pedra seca ou “*stud and mud combined*” (Oliver, 1997, p. 1696). O último método explicado por Oliver envolvia a construção de uma estrutura em varas sobre a qual era aplicada uma mistura de terra e estrume, o que é o que conhecemos como paredes de taipa de mão. Vasconcellos (1979) reforça a utilização frequente destas técnicas, explicando que as estruturas autônomas eram frequentemente feitas de madeira devido à sua disponibilidade, e as vedações eram construídas com materiais leves, como a taipa de mão. Coincidentemente, a casa-sede da Fazenda Boa Esperança retrata de maneira fiel os materiais comumente empregados em Minas Gerais no século XIX, conforme descrito por Oliver (1997). A construção utilizava materiais locais e enfatizava a mão de obra artesanal, o “toque das mãos”, contrastando com as tecnologias de materiais mais industrializados e sistemas não locais que predominam nos dias de hoje (Glassie, 2000).

A pedra pode ser encontrada no térreo, conformando paredes autoportantes, não argamassadas, e em canjicado (Vasconcellos, 1979), onde pedras menores contornam as maiores, amarrando toda alvenaria. Acima delas, encontra-se o baldrame, a primeira peça horizontal da gaiola de madeira, que circunda o perímetro da edificação. Sobre ele, fixam-se os esteios intermediários, juntamente com os esteios de canto, maiores, alguns se estendendo até o solo e outros fixados nas paredes de pedra do térreo. Como uma espécie de fechamento superior desta estrutura autônoma de madeira, observa-se o frechal, que segue a volumetria da casa-sede e assegura a correta amarração do sistema em madeira. Com a edificação já estruturada, a vedação é realizada com o uso da terra, mais precisamente da taipa de mão. A trama de madeira, composta por ripas e paus a pique de seção retangular, é fixada no baldrame e no frechal. Sobre essa trama aplica-se o barro, preenchendo os espaços e dando forma às paredes superiores, tanto internas quanto externas. A Figura 5 apresenta o modelo tridimensional do sistema estrutural empregado na casa-sede da Fazenda Boa Esperança.

Em relação à origem dos materiais geralmente utilizados, a terra empregada no sistema de taipa de mão era obtida no próprio local de construção ou em áreas próximas. No que diz respeito à madeira, Cruz (2010) resalta que era proveniente de matas desmatadas para a formação da fazenda, enquanto as pedras soltas, comuns em Minas Gerais, eram retiradas dos campos para desobstruir o terreno e posteriormente utilizadas nas construções (Cruz, 2010). Portanto, a disponibilidade de recursos nas proximidades da fazenda influenciava a escolha das técnicas, suas adaptações e limitações.

Figura 5: Modelo tridimensional do sistema estrutural empregado.



Fonte: Pereira (2019).

De fato, a construção e plena operação dos complexos cafeeiros só eram possíveis com a utilização de uma força de trabalho maciça, sendo que, no caso da fazenda, essa mão de obra era escravizada. Os grandes fazendeiros, conhecidos como “barões do café”, alcançaram tal reconhecimento devido à disponibilidade de mão de obra cativa em toda base da fazenda, desde o cultivo do café até os serviços domésticos, muitas vezes sujeitando-os a condições deploráveis e de tortura. Benincasa (2014) ressalta a utilização do trabalho escravo, desde a desflorestação para o plantio do cafezal até as atividades na casa-grande, onde desempenhavam funções como cozinheiros, cuidadores de hortas e jardins, arrumação da casa, lavagem de roupas e até amas de leite. Além destas tarefas, Ferrão (2015) ressalta a preocupação com a boa arquitetura e, conseqüentemente, a necessidade de capacitar esta força de trabalho escravizada para que se tornasse especializada. Segundo o autor, era necessário treinar alguns escravizados jovens para aprenderem funções como carpinteiros, pedreiros, ferreiros e até oleiros, visando garantir um corpo de operários cativos para a construção civil nas propriedades rurais. No entanto, ainda é necessário aprofundar o entendimento sobre a realidade desse trabalho escravizado.

Telles (2006) enfatiza que os escravizados eram o alicerce das fazendas de café, mas, ao mesmo tempo, questiona sua invisibilidade, apontando como exemplo a falta de preservação de muitas senzalas, resultado da vergonha associada à escravidão. Não se pode negar que, graças aos saberes desta mão de obra negra, temos hoje a casa-sede da fazenda em estudo e muitas outras construções históricas que são patrimônios fundamentais, embora ainda sejam insuficientemente reconhecidos em relação a quem os ergueu. Neste aspecto, verifica-se a inter-relação entre força de trabalho brasileira e, principalmente, africana.

Independentemente do nível de interação e assimilação ocorrido entre as culturas construtivas envolvidas, é imperativo que tenha ocorrido uma inter-relação arquitetônica e tecnológica entre Brasil e África, e estas implicaram na criação de uma tipologia seguida por uma motivação cultural. A principal contribuição africana é justamente a expressão dos valores e conceitos que perfazem sua filosofia arquitetônica (Faria, 2011, p. 151).

Além disso, é importante destacar que, no caso da casa-sede da Fazenda Boa Esperança, os materiais empregados, o sistema construtivo utilizado e a mão de obra escravizada eram comuns na época da construção e, portanto, não eram considerados vernáculos naquele período. No entanto, à medida que nos afastamos no tempo e considerando as atuais discussões sobre o assunto, podemos estabelecer uma conexão entre a tecnologia empregada nesta casa e aquela ainda hoje utilizada por comunidades tradicionais. Dessa forma, estabelece-se um vínculo entre a tecnologia empregada na fazenda e as técnicas vernáculas que perduram até hoje. Também é possível identificar vestígios da tradição vernácula que refletem influências portuguesas, africanas e possivelmente indígenas, seja nos formatos das plantas, na disposição e uso de ambientes (Oliver, 1997) e, provavelmente, no uso dos materiais e técnicas de construção disponíveis, incluindo a taipa de mão.

Conservação do patrimônio construído vernáculo na casa-sede da Fazenda Boa Esperança

Partindo-se do princípio de que a preservação tanto da arquitetura quanto da tecnologia vernácula desempenha um papel fundamental na perpetuação do patrimônio construído e que, por sua vez, a tecnologia vernácula “é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo” (ICOMOS, 1999, p. 1) e que “conservar e promover estas harmonias tradicionais que constituem uma referência da existência humana é dignificar a memória da Humanidade” (ICOMOS, 1999, p. 1), é relevante direcionar atenção ao estado atual de conservação da casa-sede da Fazenda Boa Esperança a fim de oferecer uma visão do presente e possíveis direções futuras.

A Fazenda Boa Esperança foi oficialmente tombada pelo município de Belmiro Braga em 2019. Além da casa-sede, estão acautelados o terreiro de pedras, utilizado para secagem do café, e a tulha, um edifício destinado ao armazenamento dos grãos. Enquanto paisagem cultural, a fazenda tem parte de sua área preservada pela importância histórica e de conformação de um território economicamente forte para a região, no ápice da produção cafeeira no Brasil. Enquanto casa-sede, além de guardar grande parte das características dos modos de morar e viver dos “Barões do Café”, apresenta também materialidades advindas de técnicas históricas significativas, sendo além de produtos, processos de produção que conectam, principalmente, recursos naturais e saberes tradicionais (Tofani; Brusadin, 2019).

No entanto, é importante ressaltar o alerta sobre as possíveis perdas, tanto materiais quanto simbólicas, que são em grande parte iminentes. Para Oliver (1997), um edifício normalmente se deteriora devido ao passar do tempo, ao uso e à exposição às condições climáticas. No norte da Europa, edifícios vernáculos estão em uso, pelo menos em parte, há mil anos. No entanto, sem cuidados contínuos ou extensos trabalhos de restauração, a expectativa de vida média de um edifício é reduzida para duzentos a trezentos anos.

Na casa-sede da fazenda em questão, observam-se diversas formas de degradação, desde os efeitos das condições climáticas até intervenções emergenciais realizadas sem o devido suporte técnico. As paredes de pedra do térreo se encontram íntegras e estruturadas, com poucos pontos de exposição e deterioração. No entanto, a estrutura autônoma em madeira apresenta peças ressecadas, danificadas pela ação de organismos xilófagos e deterioradas em muitos pontos, comprometendo a eficácia de suas funções estruturais. Além disso, é evidente uma preocupação iminente, particularmente em relação à vedação de taipa de mão, que exemplifica um avançado estado de degradação e ajuda a sintetizar o estado de conservação da arquitetura de terra presente nessa edificação.

Como primeira manifestação patológica, é possível notar áreas onde a camada de terra se desprende, possivelmente devido à perda de aderência da gaiola de madeira, que, ao se movimentar, expeliu parte do material adjacente. Faria e Lima (2018) explicam que a eliminação das camadas superficiais da taipa ou mesmo da argamassa de revestimento é um processo natural causado pela perda de coesão desses materiais, que pode ocorrer devido a variações cíclicas de umidade e, conseqüentemente, distribuição de tensões. Devido a esse mecanismo, é importante realizar atividades de manutenção, como reaplicação de reboco, em intervalos regulares. Deve-se atentar não apenas à compatibilidade entre os materiais antigos e novos utilizados no reboco, mas também à proporcão entre eles, ou seja, o traço.

No caso da Fazenda Boa Esperança, estudos da composição das argamassas da trama e do reboco mostraram a predominância de partículas com tamanho inferior a 1,18 mm (Pereira, 2019). Do ponto de vista técnico, as intervenções deveriam levar em consideração essa composição, priorizando o uso de argamassas dosadas principalmente com ligantes inativos, como a fração argilosa da terra. No entanto, constata-se que as áreas afetadas foram preenchidas de maneira emergencial com argamassa cimentícia - Figura 6.

De fato, é comum encontrar intervenções em revestimentos tradicionais feitas com materiais incompatíveis. Como nos ensina Kanan (2008), argamassas cimentícias endurecem rapidamente, o que nem sempre é vantajoso, especialmente quando aplicadas a estruturas antigas, como taipas, que se acomodam lentamente ao longo do tempo. Segundo a autora, os danos causados por argamassas de cimento podem decorrer de sua menor porosidade e maior parte do volume dos poros, incluindo microporos de maior força capilar e maior impermeabilidade, o que retém a umidade. Além disso, é importante destacar que argamassas cimentícias apresentam baixa aderência em alvenarias de terra (Kanan, 1999 apud Pachamama, 2020), e quando aplicadas, como no edifício em estudo, essas argamassas podem, na verdade, provocar efeitos adversos, levando ao surgimento de novas manifestações patológicas.

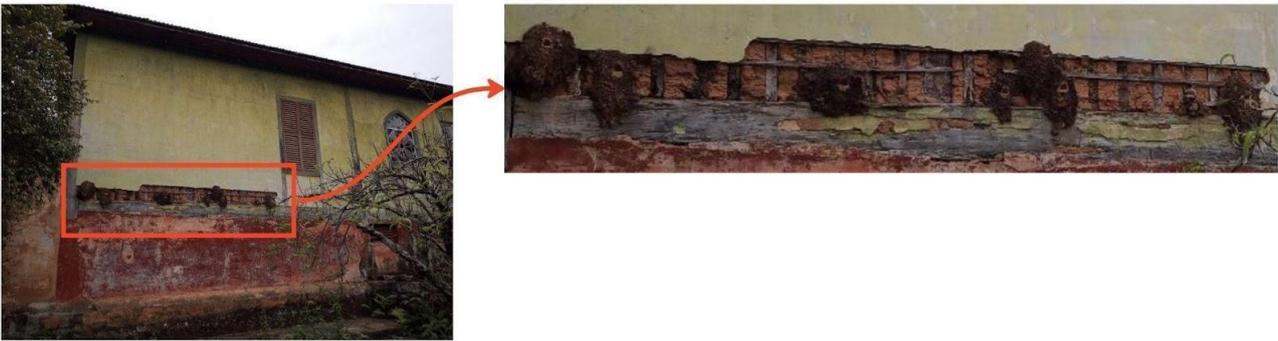
Em outros locais também ocorreu desprendimento da argamassa de revestimento, deixando à mostra o enchimento em barro das paredes de taipa de mão, bem como sua trama de sustentação interna (conforme ilustrado na Figura 7). Esse desprendimento, conforme explicado por Olender (2006), não só gera inconvenientes estéticos, mas pode também causar outras complicações, especialmente devido à exposição do barro aos elementos como a água e o vento. Além disso, ele facilita a ação danosa do ser humano e de animais, como a proliferação de colônia de insetos que é observada nas áreas de contato entre a madeira e a vedação, como evidenciado na Figura 7.

Figura 6: Detalhamento das intervenções com argamassa cimentícia sobre a taipa de mão na fachada Nordeste.



Fonte: Pereira (2019).

Figura 7: Exposição da trama de madeira da parede de taipa de mão na fachada Sudeste, com proliferação de insetos.



Fonte: Adaptado de Vieira⁵

Desta forma, considerando que vedações representam um dos elementos mais frágeis de uma edificação e que o sistema em taipa de mão tem relevância para a história da arquitetura brasileira, é fundamental focar em alguns dos tópicos descritos na Carta sobre o patrimônio construído vernáculo (ICOMOS, 1999). Entre os princípios de conservação, nos chama a atenção um ponto de discussão específico, indicando que a proteção do patrimônio vernáculo é mais eficaz quando se mantém e preservam conjuntos representativos.

Neste contexto, abordamos o caso específico de uma fazenda cafeeira, no entanto, cabem reflexões sobre tantos outros conjuntos rurais semelhantes que enfrentam o desafio do tempo e das condições climáticas. Como estão essas construções? Será que estão bem conservadas? Essas são perguntas que merecem nossa consideração.

No que diz respeito às diretrizes práticas, é fundamental fazer uma reflexão mais aprofundada. É inegável que uma das maneiras de garantir a perpetuação dos testemunhos de saberes vernáculos é atuar na dimensão material, onde as intervenções devem ser realizadas por profissionais qualificados e precedidas por uma análise abrangente do bem. No caso da Fazenda Boa Esperança, as complementações com argamassa de cimento sobre a terra crua e a madeira, embora questionáveis do ponto de vista técnico, refletem o zelo do proprietário, que, praticamente sozinho, tem mantido o conjunto de pé. Isso acontece independentemente do apoio do poder público, que, mesmo sendo a fazenda contemplada com a política do ICMS Cultural⁶, não proporciona condições significativas para a manutenção do complexo. Portanto, é importante destacar e valorizar a ação dos proprietários, que têm investido recursos e esforços na preservação da Fazenda, antes de tudo.

Por outro lado, em termos de seleção de materiais, outras recomendações seriam mais apropriadas nesta situação. Por exemplo, a formulação de argamassas de reconstituição que incluam areia, terra e cal, sendo que este último é um material amplamente conhecido e disponível no mercado da construção civil atual, representaria uma alternativa mais adequada. Neste momento, é importante questionar a escolha do cimento em vez de outros ligantes. Vários fatores podem ter influenciado nesta decisão, mas é plausível especular que a escolha inicial tenha sido feita com base no senso comum, no qual o cimento é muitas vezes visto como um material de melhor qualidade, fácil de manusear e adquirir. Para o proprietário responsável pelas intervenções, é provável que estes fatores tenham sido decisivos, enquanto outras considerações, como a compatibilidade entre materiais, foram ignoradas. De fato, percebe-se um certo desconhecimento por parte dos moradores sobre as técnicas mais apropriadas, o que torna necessárias ações no sentido de popularizar o conhecimento, abrangendo uma ampla gama de possibilidades, que vão desde a disponibilização de informações até a implementação de medidas mais complexas.

A preservação e perpetuação das técnicas tradicionais exigem que as comunidades depositárias possuam “sólidos conhecimentos sobre suas características e demandas; comprometimento com sua manutenção nesses espaços; processos decisórios que garantam seu efetivo protagonismo;” (Tofani; Brusadin, 2019, p. 15), permitindo capacitar essas comunidades para lidar com as inevitáveis transformações. Mesmo que a propriedade seja de uma única família, como no caso dos Monteiro de Barros Pinto, é essencial criar condições para a preservação das edificações, o que, infelizmente, não tem sido observado na Fazenda Boa Esperança.

Portanto, é imprescindível contar com o apoio de governos, autoridades competentes, associações e organizações, além do comprometimento da família proprietária, para garantir a preservação futura e viabilizar o uso sustentável (Tofani; Brusadin, 2019).

Memória e perpetuação: as visões da família acerca do bem

Além das reflexões de natureza técnica apresentadas anteriormente, é de extrema importância dar vez e voz para aqueles que são os principais representantes e usuários deste patrimônio cafeeiro: a família Monteiro de Barros Pinto, aqui representada pelo atual proprietário, Sr. Maurício, e sua filha, Ana Cristina. Efetivamente dar voz aos usuários de qualquer espaço não é uma tarefa simples. Foram realizadas várias visitas com o objetivo de estabelecer uma “confiança” e certa “intimidade” com os proprietários. Essa abordagem baseia-se em teorias de base etnográficas que buscam deixar transparecer os valores e visões das pessoas e povos visitados, em vez das do pesquisador (Laplantine, 1988). Em seguida, utilizou-se uma metodologia de questionários com perguntas semiestruturadas (Aaker *et al.*, 1995) para entender a visão de ambos sobre este patrimônio significativo. Como são de gerações diferentes, algumas respostas foram notavelmente divergentes, especialmente em relação ao futuro da casa-sede. No entanto, pai e filha concordam em um ponto crucial: a necessidade de preservação deste edifício, motivados por razões distintas.

Sr. Maurício, de seus mais de oitenta anos, passou a maior parte de sua vida na Fazenda Boa Esperança. Devido à sua idade avançada e a riqueza de memórias que acumulou ao longo dos anos, suas respostas, particularmente neste questionário, não conseguem expressar completamente o sentimento que ele demonstra em relação ao patrimônio de sua família. Os pesquisadores notaram várias vezes em outros momentos a profundidade de seu vínculo emocional com a fazenda. Em um determinado momento, Ana Cristina, responsável por conduzir a pesquisa junto ao pai, relatou que foi difícil para ele expressar em palavras a importância do patrimônio, e que, nas palavras dela, “meu pai tá aqui pensando há meia hora [...]”. No entanto, todas as ações realizadas por ele, especialmente a partir de 2015, quando houve uma maior aproximação dos pesquisadores com a fazenda, retratam seu cuidado, zelo e carinho, mesmo em situações adversas, como a falta de recursos financeiros e problemas de saúde. Tanto Sr. Maurício, quanto Ana Cristina, quando questionados sobre a necessidade de conservação da casa-sede, demonstraram forte apoio. Ele enfatizou a importância do edifício como patrimônio de grande valor cultural e reconheceu que a preservação não se destina apenas à sua família, mas também a turistas e à população em geral.

Por outro lado, Ana Cristina, além de ser favorável à conservação, enfatizou que o uso da casa-sede deveria ser exclusivo de sua família, uma vez que ela nunca pertenceu a nenhuma autoridade pública e sempre foi concebida como uma residência. Ela se incomoda com a ideia de que a casa-sede seja tratada como um museu, pois acredita que não há estrutura adequada para tal finalidade. Mais adiante, ela esclarece ainda mais sua visão:

[...] realmente me incomoda algumas pessoas não terem a sensibilidade de entender que a fazenda é, antes de qualquer coisa, o nosso lar, o lar dos nossos antepassados. Nossas melhores memórias de infância estão aqui. [...] A sede é linda, realmente incrível, tem objetos raríssimos sem dúvida, mas a magia transcende a casa.⁷

Quando questionado sobre as ações de manutenção realizadas na casa-sede, Sr. Maurício afirmou que nenhuma ação havia sido executada nos últimos tempos e que, até o momento, não havia obtido nenhum incentivo institucional para este fim. Como Ana Cristina destacou, a casa-sede não é mais plenamente habitada desde meados da década de 1990. No entanto, Sr. Maurício, ao receber visitas, mesmo que raramente, abre as janelas da casa-sede, especialmente as do pavimento superior, assegurando a ventilação natural e a observação mais atenta de possíveis danos.

No entanto, o proprietário também admitiu não conhecer mão de obra especializada capaz de realizar eventuais serviços de reparo na estrutura de madeira e pedra, bem como na taipa de mão. Quando questionado sobre o futuro que desejava para a edificação nos próximos 100 anos, sua resposta foi enfática: “será que ela dura até lá”? Em outras palavras, apesar de seu grande interesse pessoal na conservação do bem, sua fala reflete incertezas sobre os possíveis cenários futuros. Ana Cristina, ao responder às mesmas perguntas feitas ao pai, reforçou a ausência de ações recentes de conservação, recordando que, segundo sua avó, os últimos reparos ocorreram na década de 1960. Em relação ao valor da casa-sede, ela respondeu de maneira muito sensível e direta: “Para mim ela sempre foi e sempre será a casa da vovó Anita, o que representa um valor inestimável. Minha avó foi uma mulher notável, de grande coragem”. Quanto ao cenário futuro, assim como o pai, Ana não considera que seja fácil fazer projeções, mas reitera seu desejo de preservar o valor da casa com uma residência com “alma”. Durante as conversas para a realização deste questionário, Ana enfatizou ainda mais: “Sempre que eu escuto a música Pátria Minas, eu penso na fazenda, porque pra mim é isso”. Esta música, de Marcus Viana, já nos primeiros versos, retrata: “Pátria, pátria é o fundo do meu quintal. É Broa de milho, e o gosto de um bom café. Pátria, é cheiro e colo de mãe. É roseira branca, que a vó semeou no jardim” (Viana, 2014).

Portanto, após a análise das respostas, torna-se evidente que um dos caminhos para a preservação do bem envolve invariavelmente a preservação das memórias que estão ligadas à casa-sede e que somente os

envolvidos conseguem relembrar. A importância da preservação é unanimidade entre pai e filha, o que é, de fato, indiscutível também do ponto de vista da técnica vernácula.

No entanto, surgem dois questionamentos: como garantir a realização de ações de restauro, executando-as de maneira técnica e sensível, em conformidade com os desejos dos proprietários e as necessidades de perpetuação? Até que ponto terceiros podem participar desse processo para assegurar que a preservação, defendida pelos usuários e autores, de fato aconteça?

3 CONCLUSÃO

O estudo da Fazenda Boa Esperança destaca a importância de ações voltadas para a preservação desse significativo patrimônio da era cafeeira em nossa história. Vale lembrar que existem outros exemplares semelhantes na mesma região. Do ponto de vista material, foi possível documentar mais um caso típico que utiliza técnicas atualmente consideradas vernáculas, como as paredes em pedra sem argamassa, as estruturas em madeira e as vedações em taipa de mão.

Ao explorar a tecnologia e os processos de execução empregados na construção de um importante edifício cafeeiro, endossamos a presença de elementos que remetem à tecnologia vernácula atual, mesmo que estas edificações sejam tipicamente representativas de um período econômico que contrasta com as atuais comunidades que desenvolvem arquiteturas vernáculas. Portanto, sob a ótica dos processos empregados e na perspectiva temporal atual, consideramos este como um típico caso em que a tecnologia vernácula pode ser importante fator para manutenção desse patrimônio.

Assim, esse edifício, de enorme importância na história da construção, guarda em suas paredes os saberes tradicionais e os materiais das imediações das fazendas, moldados pela mão de obra escravizada, frequentemente invisibilizada e ainda não devidamente reconhecida. A escassez de recursos, em especial de mão de obra capacitada que pratique a técnica construtiva e de apoio financeiro parte do poder público, tem resultado em perdas materiais e simbólicas significativas em relação a esses bens vernáculos. Atualmente, devido à falta de profissionais qualificados para atuar com a tecnologia vernácula, os remanescentes dessas edificações se tornam testemunhos de saberes e fazeres que não são mais amplamente praticados. No entanto, é fundamental retomar essas habilidades para garantir a perpetuação deste patrimônio e a compatibilidade de materiais e técnicas em futuros processos de restauração. É importante notar que, embora as ações mais recentes tenham mérito ao buscar preservar o patrimônio, elas foram realizadas utilizando técnicas inadequadas para construções em terra. Portanto, concluiu-se que várias ações são necessárias para evitar que situações semelhantes se repitam. Estas ações abrangem desde a ampla disseminação de informações em diversos meios até o envolvimento de comunidades e populações que possuam expertise nessas técnicas, agora consideradas vernáculos, para que possam ser aplicadas em situações como essa.

Enquanto sociedade, ao considerarmos que o período cafeeiro materializado também nas fazendas de café mineiras apresenta relevância na conformação da sociedade atual, a sua conservação, enquanto patrimônio e, por conseguinte, das tecnologias vernáculos a ele associadas, se faz necessária. Além de uma visão estritamente tecnicista, este artigo buscou apresentar as percepções daqueles que, cotidianamente, vivem o patrimônio. Para os autores, em um contexto em que o edifício é tombado a nível municipal por sua significância, a conservação é mais que pretendida, é fundamental. Contudo, para que haja sentido neste processo, é crucial que os anseios dos proprietários sejam ouvidos. É possível notar muitos exemplos de edifícios de interesse cultural preservados, no entanto, a conexão sensível com esses locais se perde, tornando-os espaços vazios. A pesquisa destacou que as dimensões materiais e imateriais da Fazenda estão intrinsecamente ligadas. Para compreender as soluções adotadas na preservação recente, é fundamental conhecer o contexto econômico, social e as relações dos proprietários com o bem. Felizmente, a Fazenda Boa Esperança ainda está sob os cuidados dos herdeiros daqueles que a ocuparam pela primeira vez no início do século XIX. Nesse caso, não é viável aplicar uma abordagem puramente técnica racional quando se trata de um local repleto de memórias de infância e testemunhos vivos de técnicas construtivas transmitidas e praticadas pela força de trabalho negra.

Iniciativas de terceiros, como o poder público, podem e devem ser consideradas para a injeção de recursos na preservação do patrimônio. No entanto, é essencial que tais iniciativas sejam coordenadas em harmonia com os desejos e necessidades da família ou dos proprietários, como destacado no caso de estudo. Não é um caminho trivial, mas é fundamental para garantir a preservação de patrimônios que ainda mantêm sua essência como espaços habitáveis, sensíveis e com potencial de uso sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Sr. Maurício e a sua filha Ana Cristina pela disponibilidade em conversar conosco e pela forma carinhosa com que sempre abriram as portas da Fazenda Boa Esperança para nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. *Marketing research*. 5th. ed. New York: John Wiley, 1995.
- BENINCASA, V. *Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930*. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- CRUZ, C. F. *Fazendas do sul de Minas Gerais. Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.
- GLASSIE, H. *Vernacular Architecture*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- FARIA, J. P. R. *Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-8T7TBZ>. Acesso em 16 de junho de 2023.
- FARIA, P.; LIMA, J. *Rebocos de terra*. Lisboa: Argumentum, 2018.
- FERRÃO, A. M. A. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS). *Carta sobre o patrimônio construído vernáculo. Cidade do México*, 1999. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/40%20Carta%20patrim%C3%B3nio%20vern%C3%A1culo%201999.pdf>. Acesso em 16/06/2023.
- KANAN, M. I. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Cadernos Técnicas, 8. Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2008.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEMOS, C. A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista: História das moradias anteriores ao Eclétismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- MARTINS, A. L. *Império do café: a grande lavoura do Brasil*. São Paulo: Atual, 2009.
- NOVAES, A. *Fazenda Boa Esperança*. (no prelo).
- OLENDER, M. C. H. L. *A técnica do pau-a-pique: subsídios para a sua preservação*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8822>. Acesso em 16 de junho de 2023.
- OLIVER, P. *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*. Cambridge; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1997. 2384 p.
- PACHAMAMA, R. A. V. C. N. *Argamassas de terra para reboco: Efeitos de adições estabilizantes e contribuições para a normalização brasileira*. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://sites.arg.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/wp-content/uploads/2021/05/dissertacao-raphael-augusto-vasconcelos-carneiro-nascimento.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2023.
- PEREIRA, T. N. *As histórias traçadas pelo café na zona da mata mineira: proposta de intervenção na Fazenda Boa Esperança*. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- PIRES, F. T. F.; CRUZ, P. O.; MARCADANTE, P.; MIRANDA, A. R.; CZAJKOWSKI, J. *Fazendas: Solares da região cafeeira do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- PROGRAMA ICMS Patrimônio Cultural. *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA MG)*, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em 16 de junho de 2023.
- TELLES, A. C. S. *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- TOFANI, F. P.; BRUSADIN, L. B. A arquitetura vernácula enquanto patrimônio cultural: contribuições para sua preservação e uso sustentável. II SEMINÁRIO DE ARQUITETURA VERNÁCULA. *Anais do* Belo Horizonte, 2019, s/p
- VASCONCELLOS, S. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VIANA, M. *Pátria Minas*. Belo Horizonte: Sonhos e Sons Ltda: 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ahr5VhNLGBg&ab_channel=MarcusViana%26Transf%C3%B4nicaOrkestra-Topic (4 minutos e 18 segundos). Acesso em 16 de junho de 2023.

VIEIRA JUNIOR, I. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

VILELA, L. A. Fazenda Boa Esperança: salva dos credores em nome da família. *Revista do Café*: Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, ano 92, n. 847, pp. 34-35, set. 2013.

NOTAS

¹ Adriano Novaes é um pesquisador das fazendas de café desta região, e elaborou um dossiê sobre a história da Fazenda Boa Esperança.

² Conversas realizadas em visitas feitas entre 2016 e 2017.

³ Imagem extraída do vídeo pertencente ao Programa Viação Cipó, de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L_7x89l6qgA. Acesso em 16 de junho de 2023.

⁴ Informação verbal fornecida por Ana Cristina Bergo Monteiro de Barros Pinto (2022).

⁵ Foto cedida por Elza Vieira em 16 de janeiro de 2023.

⁶ Segundo PROGRAMA (2016), "O ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes".

⁷ Informação verbal fornecida por Ana Cristina Bergo Monteiro de Barros Pinto (2022).

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.